

# Legislação Informatizada - Decreto nº 61.155-A, de 15 de Agosto de 1967 - Publicação Original

Veja também:

**Publicação Original**

**Dados da Norma**

## Decreto nº 61.155-A, de 15 de Agosto de 1967

Concede indulto a sentenciados,  
comemorativo do recebimento da  
Rosa de Ouro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem os arts 83, XX, da Constituição itens II e XX, e 734, in fine, do Código do Processo Penal, e

CONSIDERANDO que, nesta data, se comemora o 250º aniversário do encontro da Imagem da Nossa Senhora nas águas do Rio Paraíba do Sul, que, sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida, foi proclamada padroeira do Brasil;

CONSIDERANDO que o fato mereceu a benévola atenção do Chefe da Igreja Católica, Papa Paulo VI, que comemorativamente, oferece ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida a Rosa de Ouro, distinção especial do Vaticano ao Brasil, trazida pelo Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Amleto Giovanni Cicognani;

CONSIDERANDO que o evento merece ser assinalado por um ato de solidariedade humana e de clemência, que faça honra ao Sumo Pontífice pelo seu gesto de amor ao Brasil, Resolve conceder perdão aos sentenciados em condições de merecê-lo e proporcionar novas oportunidades aos que se mostram recuperados para o convívio social, e, assim DECRETA:

**Art. 1º.** Consideram-se indultados os sentenciados primários, condenados às penas privativas da liberdade até 3 anos e 1 dia, e que tenham, efetivamente, cumprido com exemplar conduta carcerária, pelo

menos 1/3 da pena, até o dia 15 de agosto de 1967.

**Art. 2º.** Reconhecida a periculosidade do sentenciado, na sentença condenatória, a concessão da graça fica subordinada à verificação de cessação daquele estado.

**Art. 3º.** Os Conselhos Penitenciários, ex officio, ou por provocação de qualquer interessado, relacionarão os sentenciados beneficiados pelo presente Decreto, emitindo, em cada caso o parecer a que alude o art. 736 do Código de Processo Penal, que será remetido ao Juiz de Execução, para os efeitos previstos no art. 738 do mesmo código.

**Art. 4º.** Quando se tratar de condenados pela Justiça Militar, que não estejam cumprindo pena em penitenciária civil, o parecer referido do conselho Penitenciário será substituído pela informação da autoridade sob cuja custódia estiver o prêso.

**Art. 5º.** - Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de agosto de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luiz Antônio da Gama e Silva

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União -  
Seção 1 de 17/08/1967

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/8/1967, Página 8576 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1967, Página 238 Vol. 6 (Publicação Original)